

Um olhar sobre ensino de LP em Angola: reflexões acerca da conjugação verbal nas provas dos candidatos aos cursos da EPLN/2019

Francisco Sérgio Manuel Mabiála*

 <https://orcid.org/0000-0002-4157-7725>

Resumo: Este artigo é um dos resultados da pesquisa realizada no curso de mestrado em Educação na EPLN/ULAN¹. O seu objetivo geral é fundamentar sobre o processo de ensino-aprendizagem da LP em Angola. O interesse em realizar esta pesquisa residiu em observar, apresentar e reflectir em torno do nível da conjugação verbal dos candidatos aos cursos da EPLN/2019. Para este estudo partimos do seguinte problema de pesquisa: Qual é o nível da conjugação verbal dos candidatos aos cursos da EPLN/2019? Esta pesquisa mostrou que os candidatos aos cursos da EPLN no ano académico 2019 apresentavam dois níveis de entendimento em relação à conjugação verbal. O primeiro tem a ver com a desconexão da conjugação verbal como um exercício, ou seja, 183 candidatos correspondentes a 96,82% quando conjugam verbo sem uso de frases ou textos separam os pronomes e as formas verbais utilizando um desses sinais: (-), (→), (:), (=). O segundo entendimento é que quando se escreve textos ou discursos os verbos são conjugados sem os sinais ora apresentados. A nossa pesquisa é de carácter diagnóstico, trabalhamos com um corpus de 189 testes de ingresso da EPLN da ULAN, ano académico 2019 e ao longo dela usamos os seguintes métodos: estudo documental; observação, tabulação, análise percentual; contamos, igualmente, com o questionário e guião de observação como técnicas para colecta de dados.

Conceitos-chave: Ensino; Reflexões; Conjugação Verbal.

Abstract: This article is one of the results of the research carried out in the Master's course in Education at EPLN / ULAN. Its general objective is to substantiate about the teaching-learning process of LP in Angola. The interest in conducting this research was to observe, present and reflect on the level of verbal conjugation of candidates for EPLN / 2019 courses. For this study we start from the following research problem: What is the level of verbal conjugation of candidates for EPLN / 2019 courses? This research showed that candidates for higher education courses at EPLN in the academic year 2019 had two levels of understanding in relation to verbal conjugation. The first has to do with disconnecting verbal conjugation as an exercise, that is, 183 candidates corresponding to 96.82% when conjugating a verb without using phrases or texts separate the pronouns and verbal forms using one of these signs: (-) , (→), (:), (=). The second understanding is that when writing texts or speeches the verbs are conjugated without the signs now presented. Our research is of a diagnosis nature, we worked with a corpus of 189 entry tests of ULAN's EPLN, academic year 2019 and throughout it we use the following methods:

* Professor e investigador E-mail: fransmabiála@hotmail.com

¹ Escola Pedagógica da Lunda Norte/ Universidade Lueji A'Nkonde (Angola).

documentary study; observation and tabulation percentage analysis, we also have the questionnaire and observation guide as techniques for data collection.

Keywords: Teaching; Reflections; Verbal Conjugation.

Ximbi nyi ulumbunwiso²: Isoneka ino ily kuzuka cakukimba, calingiwile mu ufumbo ua cizavu cawlongeselo wamana amucaly caku EPLN/ULAN. Xindakenyio yia cikuma cino ceswe yili kuxixika kutwala ha kulongoloka cahongeso-nyi-kulilongesa ca limi lyia putho mu Angola. Nionga lyia kutuala hakukimba camana wano, lina kakatuka kuhengula, nyi kusolola, nyi kunyonga hakutwala kucimako cakulita hakuhandjika ca lyiji kuli alongi hakutwala kuyihanda yia ufumbo wamalongeso aku xikola yia mana akulongesa nowo yia EPLN/2019. Malongeso wano tunakaputukila kukimba haximbi yia mulonga ngwe uno: cimako cikha catuala hakulita cakutata cakuhandjika caliji lyia alongi kutwala ku ufumbo wamalongeso eswe aku EPLN/2019? Kukimba cino cinakasolola ngwenyi alongia ku ufumbo wamalongeso akulongesa nowo aku EPLN kumwaka wa malongeselo wa 2019 asolwele yi mako yiali yia kulivwa ha kutuala kutata ca kuhandjika ca lyiji. Cikuma citangu cinatwale ku cimue kweseka ca ulilongeselo, handji ngweni 183 a alongi anatayie kukulita ca kwalula ca 96,82% ximbu lize akutata kuhandjika liji ngwe mutambi wa samandemba, muze kexi kukumbanissa lyie lijimu masona nyi mu isoneka, kaku handununa cixina ca majina, nyi myianda yia kutata cakuhandjika nyi kusolola casona ngwe jino: (-) , (→), (:), (=). Kulivwa cacikuma camucaly cinatwale ku isoneko ngweni muze akusoneka isonekeso nyi kuhandjidika ca akwa mana kutata cakuhandjika camaliji a uhandjikilo kakwanhandjika kexi kwanunga nyi sona jize twasolola khulu kunima. Kukimba cetu cinatwale ku mwanda wa kufupa cakuhengula, txuma kakilikita nyi undji wa 189 ha txutale ha yieseko yia uhaxi wa utaizo wa ungililo ku EPLN yia ULAN, ha mwaka wa malongeselo wa 2019, ha kulongoloka camwaka waco txunakakilikita mu myanda yino: malongeso ha mikanda yia ximbi, kuhengujola, usolwelo wa isoneko yietu, nyionga lyia kwalula ha kuteta cawlemo, milimo yino txunakailulyeka nyi kulita nyi mikanda yia ximbi ja uhulilo, nyi mikanda yia wendeselo wa kuhengujola camalyindjekela akuca naco ximbi.

xindakenyio yia - ximbi jino: ulongeso; kunyiongolola; kuhandjika ca maliji.

Introdução

O ensino da Língua Portuguesa (LP) acarreta responsabilidades acrescidas no processo de ensino-aprendizagem em Angola, visto que a mesma desempenha uma dupla função. Por um lado é disciplina curricular como as demais, e por outro, meio de comunicação na transmissão de conhecimentos no sistema de educação e ensino. Refletir sobre a LP no contexto angolano é estar mergulhado num conjunto de posicionamentos de

² Feita na língua Cômwe. Tradução de Gaspar Alone (00244 934417544).

vários autores que podemos enquadrar em dois grandes blocos: o primeiro tem a ver com aqueles que a prestigiam e focam-se apenas em expor o seu conteúdo recorrendo ao dialeto padrão de Portugal, neste grupo estão a maior parte dos professores de LP, tanto no ensino geral e superior sendo que nem todos estão habilitados académica e cientificamente para a docência na língua/cadeira em questão. O segundo grupo, bastante reduzido, constituído, por professores-investigadores de LP formados em academias de letras e outros pelas escolas e institutos superiores vocacionados para a formação de professores de LP. A partir destes, muitas discussões e posicionamentos vamos ouvindo, sobretudo, no que tange aos caminhos ideais de ensino de LP em contextos multilinguísticos, também, caracterizados por plurilinguismo entre os habitantes nativos. De realçar que o segundo grupo, identifica-se muito com as abordagens sociolinguísticas.

Perante o quadro apresentado acima, reconhecemos que num ou outro momento nos identificamos com um dos grupos, uma vez que o nosso quadro legal dos estudos linguísticos assim como a própria política linguística do Estado não apresentem, até ao momento, uma especificidade de ensino-aprendizagem de LP no contexto, somente, Angolano. As especificidades que, aqui, falamos, têm a ver com o ensino de LP que aborda os conteúdos da gramática (seja ela normativa ou generativa³) numa perspectiva sociolinguística. Entretanto, conscientemente, preferimos abraçar o segundo grupo, pois achamos refletidos nele tendências de aceitação, reconhecimento e discussão sobre a LP no contexto do mosaico etnolinguístico de Angola.

A tendência da nossa demarcação ao primeiro grupo surge pelo fato de terem ideias na maior parte das vezes de certo-errado, sem que tenhamos a possibilidade de questionar nem discutir os fatores implícitos que causam desvios considerados erros na gramática normativa. Essa visão é a dos professores de LP e linguistas que tomam a língua como uma forma de expressão do pensamento. Acreditam que quanto maior o grau de proficiência na língua escolar, melhora a capacidade de raciocínio do estudante. Essa é mais uma visão da lógica formal do que da linguística. Para Saussure (2014

³ Aitchison (1993), baseando-se em Chomsky “as regras interiorizadas por uma pessoa; quer, por outro lado, para referir as hipóteses que o linguista constrói acerca destas regras” Cf. Undolo (2020, p. 23)

apud SEVERO, 2013, p.83) “o exercício da linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional”.

Aristóteles concebia a linguagem como uma expressão do pensamento e um modo de se falar sobre a realidade. Esse tipo de visão vai opor-se a concepção interacionista da linguagem que toma a língua como objeto autônomo sem interferência social e sem interferência da história, desconectada da realidade em que os estudantes vivem. Nós preferimos entender a linguagem como uma forma ou um processo de interação, em vez de uma expressão do pensamento; essa concepção da linguagem toma a língua não apenas como uma maneira de traduzir, exteriorizar, ou organizar o pensamento, também não toma linguagem como um conjunto de códigos que visam transmitir informações de uma pessoa para outra. Dentro dessa perspectiva, a linguagem propõe-se a atual sobre o interlocutor.

Com base na concepção interacional ou dialógica da língua, os sujeitos deixam de ser uma parte na estrutura da língua e passam a ser vistos “como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – se constroem e são construídos no texto”. A linguagem escolar nesse caso é vista como uma das variantes linguísticas que não tem nenhuma superioridade em relação às demais.

Em LP, a conjugação verbal ocorre para traduzir uma ação praticada ou uma ideia proferida ou um fenômeno provocado, intencionalmente ou não por um agente. Essa ação, ideia ou fenômeno é manifestado por meio de uma palavra falada ou escrita. O seu ensino está voltado para o aumento da produção e reprodução de vocábulos utilizados numa determinada língua, em que a LP não foge a regra. Pela sua relevância em LP, os conteúdos da conjugação verbal, nas suas diversas tipologias, encontram-se refletidos nos programas e manuais da maioria das classes dos quatro níveis de ensino de Angola.

A aprendizagem e desenvolvimento do nível de compreensão dos conteúdos gramaticais no geral e da conjugação verbal em particular, dependem não só das oportunidades que o Estado venha a proporcionar, mas, também, no saber fazer das coisas que o docente deve empregar no exercício

das suas atividades. O professor deve estar preparado para seguir uma metodologia e improvisar quando necessário. Quanto ao improviso, dá-se o problema quando o professor está despreparado e vê-se obrigado a recorrer ao improviso todo o tempo.

Para fazermos esta pesquisa definimos os seguintes objetivos **geral**: Fundamentar sobre o processo de ensino-aprendizagem de LP em Angola. **Objetivos específicos**: Observar dados que apontem o nível da conjugação verbal dos candidatos aos cursos da EPLN/2019; Apresentar a situação actual da conjugação verbal dos candidatos aos cursos da EPLN/2019; Refletir em torno do nível da conjugação verbal dos candidatos aos cursos da EPLN/2019

Justificação da pesquisa: Interessou-nos fazer esta pesquisa para se ter uma visão mais clara do nível de conjugação verbal dos candidatos à EPLN/2019. A partir da observação prévia que vínhamos fazendo há três anos, desde que fomos selecionados para monitores (2016) dos alunos, já, a estudar na EPLN, do 1º ao 5º ano, entendemos que seria necessária ter uma ideia mais aprofundada sobre o nível de conjugação verbal dos candidatos. Outro dado que podemos aqui realçar é o valor que se dá, até agora, à LP para o ingresso na EPLN que é de 50% ficando os outros 50% para a disciplina da especialidade de cada curso, mas que este mesmo valor não é refletido ao longo da formação, uma vez que a LP só é leccionada nos 1º e 2º anos, o que não acontece com as cadeiras de especialidade que vão até ao final do curso. Portanto, é necessário saber como os estudantes, futuros professores, entram na EPLN quanto ao nível da conjugação verbal, uma vez que, durante a sua formação serão submetidos, várias vezes, a exercícios (provas) em que a conjugação verbal estará sempre presente.

Através do baixo nível de compreensão, não apenas, da conjugação verbal, mas de LP nas outras vertentes, leitura, escrita e oralidade, faz com que pessoas de todos os extratos sociais mostrem a sua indignação perante a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e, as reclamações, tratando-se do Ensino Superior (ES), parece-nos ainda muito mais preocupante quando Adalberto (2017), num trabalho jornalístico, traz o parecer de Eduardo Peres Alberto, Secretário-Geral do Sindicato dos Professores do ES, que é da seguinte opinião:

Refiro-me do ensino primário até ao ensino secundário. Este subsistema, de facto, enfrenta problemas graves, com a reforma deficiente a que o subsistema foi obrigado". Para o sindicalista, o Estado angolano falhou na definição das prioridades e políticas no sector da educação: "Houve erros graves, porque nós sempre defendemos que para o ensino superior há três práticas essenciais: o ensino, a pesquisa científica e a extensão universitária.

Ao longo deste trabalho, sobretudo na observação realizada, pretendemos demonstrar que muitos alunos têm concluído os seus estudos sem preencherem muitos requisitos exigidos no perfil de saída sobre o domínio de alguns conteúdos gramaticais como a conjugação verbal, isto é, no II Ciclo do Ensino Secundário, levantando muitas dúvidas sobre a eficácia ou ineficácia das metodologias que têm sido adotadas para o ensino-aprendizagem de LP no nosso país.

Este artigo está estruturado em **três capítulos** que, a seguir, passamos a apresentar: O **primeiro capítulo** aborda a fundamentação teórica sobre a LP em Angola, onde falamos do ingresso no ES em Angola; Português: Língua Oficial (LO) em Angola e processo de ensino-aprendizagem de LP: metodologias aplicadas em Angola.

O **segundo capítulo** apresenta a metodologia usada para elaboração do trabalho, começando pelos métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, população e amostra, hipóteses e as variáveis.

O **terceiro** (e último) **capítulo**, contextualização do estudo, é resultado do trabalho de campo, onde observamos dados que apontem o nível da conjugação verbal dos candidatos aos cursos da EPLN/2019. Apresentamos os resultados observados em espécie de descrição. A descrição a que nos referimos, aqui, é no sentido de apresentar os dados tal como foram observados e, conseqüentemente, produzimos informações com base na nossa observação.

Capítulo 1: Fundamentação teórica sobre a LP em Angola

Sendo a fundamentação teórica um processo de esclarecimento do pensamento, mediante conceitos, termos e confronto de diversos autores que já publicaram ou trataram acerca do tema em estudo, cingimo-nos nela com a mesma finalidade.

Ingresso no ES em Angola

O ingresso a um estabelecimento de ES em Angola para frequentar um curso de graduação é um sonho realizável facilmente se o candidato ou a família estiver munido de recursos financeiros para dar cobro as exigências; isto se for para uma instituição do ensino privado, mas se for para uma instituição pública o ingresso torna-se um sonho por mais tempo para a maior parte dos concorrentes, visto que a demanda tem aumentado vertiginosamente em detrimento da pouca oferta de vagas que temos registrado.

Um outro dado que nos é importante a realçar quanto ao acesso/ingresso ao ES em Angola são as dificuldades de orientação que muitos dos adolescentes encontram, visto que em muitos casos há sempre rupturas entre os cursos do ensino secundário e os pretendidos no ES. Dificuldades essas que começam já nos testes de ingresso e depois que ingressarem, obviamente vão surgindo problemas de várias ordens por conta da ruptura. Apesar de que as nossas instituições não possuem departamentos vocacionados à orientação profissional para os alunos ingressantes, não somente do ensino médio ao ES, mas para tantos outros subsistemas que a nossa lei⁴ bases do sistema de educação e ensino faz referência. Sagardoy (1992 apud COLUMBIÉ & YOBA, 2018, p. 51) dizem que,

O educando necessita sempre de orientação, ainda que não o manifeste, cabendo ao professor entender o carácter processual, sistemático, dinâmico e contínuo da OPV⁵, tanto para o indivíduo quanto para o grupo [...], a orientação profissional não significa dar conselhos pragmáticos; há que dedicar-lhe todo o entusiasmo, saber e recursos, colocar em cima da mesa todas as portas que podem abrir-se e seus possíveis entraves, ser honestos e permitir que, no final, os alunos pratiquem a sua liberdade individual.

Portanto, já nas últimas classes do ensino médio, os professores, pais e encarregados de educação entre outros têm o dever de direcionar ou redirecionar os jovens e adolescentes nas suas escolhas aos cursos para o ES,

⁴Lei nº17/16 de 7 de Outubro - Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, que estabelece os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e Ensino. Alterado pela lei 32/20 de 12 de Agosto.

⁵OPV: Orientação Profissional – Vocacional.

de modo a haver uma continuidade e aprofundamento dos saberes já adquiridos.

Há um tempo para cá, a seleção dos candidatos ao ES era feito por preenchimento das vagas disponibilizadas em cada uma das instituições, isto é, começando dos alunos com notas mais altas, não importava que fosse positiva ou negativa, fazia-se uma seleção decrescente até que se conseguisse atingir o número limite das vagas disponibilizadas.

Entretanto, com o objectivo de maximizar a qualidade do ES, o Decreto Presidencial nº 5/19 de 8 de Janeiro, aprova o Regulamento Geral de Acesso ao ES. No Seu ponto 2 do Artigo 6º estabelece que “a candidatura ao exame de acesso a determinado curso deve obedecer, em regra, à relação entre o curso a que se candidata, e a área correspondente do Ensino Secundário”. E nos pontos 1 e 2 do Artigo 17º estabelece que,

1.A nota mínima a que se refere a que se refere a alínea b) do artigo anterior é fixada em 10 (dez) valores, na escala de 0 a 20 valores, para todos os cursos ou domínios científicos;2. Sem prejuízo do disposto no número anterior do presente artigo, as Instituições de Ensino Superior podem propor, anualmente, para cada curso, a nota mínima de acesso.

Após a publicação dos exames de ingresso já no mês de Fevereiro (2019), houve um alarme, sobretudo nas Instituições de ES públicos, através dos péssimos resultados alcançados pelos candidatos, tal como se fosse algo novo. A nós nada era novo, pois desde o ano de 2016 que vínhamos observando os mesmos resultados e nenhum alarme soava porque a seleção era feita, tal como atrás frisamos, com base na nota mais alta que nem sequer era necessário ser positiva, o mais importante era preencher as vagas disponibilizadas. Mais do que admitir ou preencher as vagas disponibilizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), é importante recorrermos ao conceituado Professor Universitário há vários anos em Angola e nos outros países da lusofonia, Silva (2016, p. 226) quando afirma que “a admissão de bons candidatos gera, à partida, bons alunos e que estes acabam por determinar a qualidade da instituição”. Se nesse quesito, observar e/ou incrementarmos o espírito de investigação e extensão universitária a toda a comunidade académica tanto para as IES públicas como as privadas a nível de

todo o país, provavelmente o país venha aos poucos a sair da excessiva dependência das exportações de bens e serviços.

Português: Língua Oficial (LO) em Angola

Designa-se por LO aquela escolhida e tomada por um Estado para a difusão em todos os sectores do seu território, sobretudo no ensino e na administração pública, adotada e utilizada também nas relações internacionais ao mais alto nível pelos órgãos de soberania do Estado. Segundo Miguel (2014, p.12):

no momento da colonização, a grande maioria das línguas africanas eram ágrafas. A inexistência de textos escritos pelos africanos nas suas línguas originou a catalogação do continente como incivilizada, sem história, sem cultura [...] as reacções às legislações que vedavam o ensino em línguas africanas foram diversas: os pais esforçavam-se para que os filhos adquirissem a cultura e a língua do colonizador, pois só assim lhes seria permitida a ascensão na escala social.

Diante da realidade acima, juntando os cinco séculos de colonização portuguesa em Angola, não se poderia esperar estratégia a favor da inclusão das línguas africanas no sistema nacional de ensino após a independência do país em 1975. Aliás de acordo com Panzo (2014 apud UNDOLO, 2016, p.56) referindo-se à adoção da LP como a Oficial, diz que,

pesou na escolha do português como língua oficial após a independência o facto de as demais línguas angolanas possuírem uma zona de difusão circunscrita, limitando-se cada uma delas a um determinado ponto do território nacional – o que, por si só, constituiria um obstáculo à unidade nacional. Assim, a solução passou pela escolha de uma língua que não rivalizasse com os valores de cada uma das etnias em contexto, sendo, no caso, a LP. Sendo língua de ninguém, a LP podia ser a língua de todos.

O contexto da altura foi oportuno ao se tomar a decisão de que a LP fosse a LO e achamos que isso é inquestionável, porquanto as demais línguas dos grupos étnicos angolanos não terem elementos estruturados de modo que pudessem ser utilizadas no sistema de ensino a nível nacional. Mas também o excesso de tratamento dado à LP fez com o estudo das outras línguas fosse

colocado ao lado por muito tempo, esquecendo ou ignorando a realidade que muitas localidades apresentavam de a maioria das crianças enfrentarem sérios problemas de enquadramento nos primeiros anos de escolaridade pelo facto de a língua de convivência familiar ou social não ser a LP. De realçar que estas mesmas crianças hoje são jovens e adultos nos mais variados níveis de ensino com níveis de compreensão e produção em LP não corresponderem às exigências das classes que frequentam.

Processo de Ensino-Aprendizagem de LP: metodologias aplicadas em Angola

As metodologias de ensino de LP em Angola são baseadas exclusivamente nas de L1, como se todos os indivíduos a tivessem como a sua L1. As classes iniciais são as que os professores mais se deparam com impasses, sobretudo nas zonas rurais onde muitas crianças apresentam problemas pelo facto de estarem mais socializadas com uma língua diferente do português. Sobre isso, INE (2016, p. 39) através do Censo Geral da População e Habitação realizada no ano de 2014, apurou que “o Còkwe é a língua mais falada na província com 62%”. Miguel (2014, p.23) diz que,

a aprendizagem do português em Angola faz-se por via escolar, fundamentalmente no meio rural. Porém, mesmo nas cidades, a parte mais importante da oferta do português também se processa na escola, e só com a 4.^a classe o aluno tem competência para construir um texto minimamente compreensível.

O território nacional angolano apresenta diversas realidades e na tomada de medidas educacionais não devemos colocar de parte as particularidades regionais no que tange ao número de falantes do português L1 e L2. Se ao longo dos anos esta desatenção foi mais evidente, hoje, é possível invertê-la recorrendo aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, quanto ao uso das línguas. Em várias localidades de Angola, acontecem situações muito adversas ao processo de ensino-aprendizagem motivadas pelo uso de um dialeto linguístico descontextualizado a realidade dos alunos, fazendo com que muitas vezes “o professor tenha medo de não ser

compreendido pelos seus alunos e, portanto, está condenado a uma simplificação máxima nas suas explicações”, (MPANZU, 2018, p. 85). Sobre a necessidade de a LP ser ensinada de forma contextualizada, muitos académicos já mostraram essa preocupação como também podemos ver em Naege (2015, p. 4):

Percebe-se que os estudiosos angolanos convergem em muitos pontos no que toca aos caminhos por que tem que passar o ensino-aprendizagem do Português. É evidente a preocupação de adequação da metodologia, ou seja, não transladação e inculcação de métodos e técnicas alheios à realidade do aprendente, a preparação dos manuais de que se vão servir, quer os professores quer os alunos para ensinar e aprender o Português, a formação e capacitação permanentes de professores não se devem descuidar para a promoção do sucesso escolar e do ensino de qualidade.

Portanto, de realçar que a materialização deste propósito, metodologias contextualizadas de ensino de LP em Angola, será como um balão de oxigênio para o sistema de ensino-aprendizagem, uma vez que, não se poderá descuidar as especificidades locais ou regionais, tanto linguísticas, social como culturais, acabando também por valorizar/resgatar identidades das populações.

Na sua obra mais recente, professor Undolo (2020, p. 68), bastante directo, diz que “verifica-se, entretanto, não haver, em Angola, instrumentos, recursos, escolas e currículos de formação de professores de Português L2, quer no nível médio, quer no nível superior de formação pedagógica [...]. A realidade mostra que, até ao momento, não há, em Angola, uma política educacional explícita de ensino de Português L2”.

Não se consegue sequer refutar ou ter dúvidas da realidade acima exposta quando se vive em Angola, aliás, muitos cidadãos mesmo não sendo profissionais da área, estão aptos para acrescentar ilações do quadro geral, débil, do nosso sistema de ensino, em que o ensino do Português anda igualmente mergulhado no mesmo.

Metodologia de trabalho

A nossa pesquisa é de carácter diagnóstico com resultados quantitativos e ao longo dela usamos, tal como a norma estabelece, os seguintes métodos:

Estudo documental: Segundo Kripka *et al.* (2015, p.58) “é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Utilizamos este método para constatar as principais características e fundamentos do objecto da pesquisa, ou seja, levou-nos aos documentos reitores como a LBSEE⁶, Decreto Presidencial nº 5/19 de 8 de Janeiro, aprova o Regulamento Geral de Acesso ao Ensino Superior, aos programas, gramáticas e manuais utilizados, actualmente, no ensino primário e secundário do sistema de educação de Angola. A observação, no entender de Cervo *et al.* (2014, p.31), observar

é aplicar atentamente os sentidos físicos a um objeto para dele obter um conhecimento claro e preciso. A observação é de importância capital nas ciências. É dela que depende o valor de todos os outros processos. Sem a observação, o estudo da realidade e de suas leis seria reduzido à simples.

A observação, não obstante ser um método muito natural, utilizamo-la para constatar de forma direta o objeto de estudo e obter informações sobre os dados observados. De frisar que, neste trabalho, com o método de observação, baseado num guião foi possível produzir informações a partir dos dados, amostra, em função da hipótese “a partir da observação realizada queremos obter dados que apontem o nível da conjugação verbal dos candidatos aos cursos da EPLN/2019”. Os dados observados que não estivessem conforme à norma padrão⁷ de LP, foram considerados desvios. Desvios aqui são entendidos como sendo não correspondentes à norma padrão, mas que tenham um porquê da sua existência.

Inquérito por questionário: Cervo *et al.* (2014, p.53) dizem “o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra questionário refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Utilizamos esta técnica no nosso trabalho para colher algumas informações gerais a partir do Departamento dos Assuntos Acadêmicos (DAAC) da EPLN sobre os candidatos do ano académico de 2019.

⁶ Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino

⁷ “Na perspectiva de linguistas portugueses de várias épocas, o conjunto de usos linguísticos das classes mais escolarizadas da região de Portugal, situada entre Coimbra e Lisboa”, (cf. Buca, 2018, p. 26).

Tabulação: de acordo com Teixeira (2003) “é o processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise” (p.196). No nosso trabalho, utilizamo-la para organizar os dados observados em ilustrações e gráficos com a finalidade de se produzir informações a partir dos mesmos.

Cálculo percentual: sendo um dos passos da análise e interpretação dos dados, no nosso trabalho, ajudou-nos a determinar a frequência das informações obtidas dos dados observados. “Essa análise pode ser feita manualmente, com o auxílio de calculadoras ou de computadores eletrônicos”, (*Idem*).

Contextualização do estudo, população e amostra

A pesquisa foi realizada em 1619 provas de candidatos aos cursos da EPLN ano 2019. Os candidatos tinham idades compreendidas entre os 18 a 55 anos de idade. Do universo selecionamos a amostra de 189 provas escritos dos candidatos da EPLN. A partir da observação realizada obtivemos dados que apontam o nível da conjugação verbal dos candidatos aos cursos da EPLN/2019. Por outro, foi possível inferir que haja uma desconexão entre as maneiras como se ensina a conjugação verbal e o modo como o estudante fala e escreve, visto que a maioria dos candidatos apresenta dois níveis distintos em relação à conjugação verbal. O primeiro nível é quando, por exemplo, um aluno é solicitado a reproduzir os verbos na forma de tabela sem conexão com o restante da sentença. O segundo nível é quando lhe é solicitado escrever um texto, em que não ocorre a desconexão dos verbos como quando resolve o exercício da conjugação.

Da pesquisa observamos dados que apontam o nível da conjugação verbal dos candidatos aos cursos da EPLN/2019. Entre esses dados, destacamos a conjugação verbal como sendo das áreas que mais observamos o desvio daquilo que se esperava como resultado nas provas que tomamos como corpus de análise da nossa pesquisa. A apresentação a que nos propusemos fazer mostra apenas um exemplo de cada um dos fenômenos diagnosticados nas provas dos candidatos em estudo. O nosso posicionamento é justificado por causa da economia de páginas que se impõe.

Tabela nº1- uso de sinais na conjugação verbal.

<p>Eu - vou Tu - vais Ele - vai Plural Nós - vamos Vós - vades Eles - vão</p>	<p>Eu: Irei Tu: Iras Ele: Ira Nós: Iremos Vós: Iram Eles: Irão</p>	<p>Eu = Vou Tu = Vais Ele = Vai Eles = Vão</p>	<p>eu → Vou a escola Tu → Vais a escola ele → Vai a escola nós → vamos a escola vós → Vades a escola eles → Vão a escola</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaboração própria.

Tabela nº2- uso do pronome "vós" nos exercícios de conjugação verbal.

<p>Eu - vou Tu - vais ele - vai Nós - vamos <u>vós - vades</u> eles - vão</p>	<p>Eu - vou Tu - vais Ele - vai Nós - vamos Vós - vades Eles - vão</p>	<p>Eu vou Tu vais Ele vai Nós vamos <u>Nós</u> ELES vão</p>	<p>Eu - vou Tu - vais Ele - vai Nós - vamos Eles - vão <u>vós - vades</u></p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

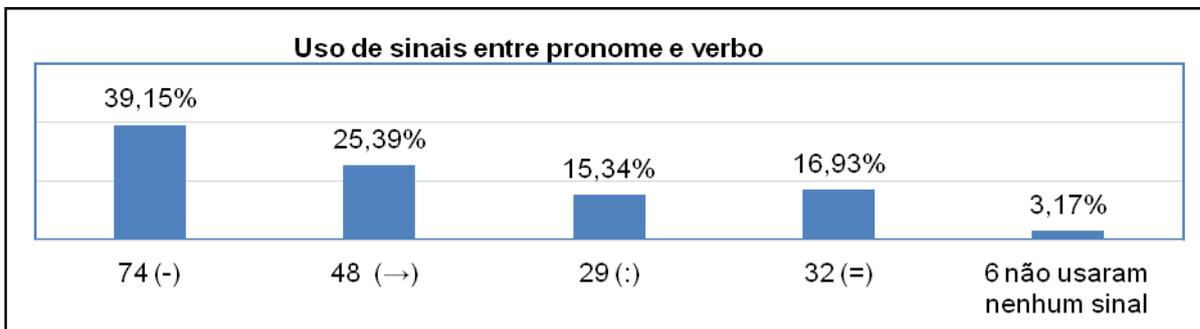
Fonte: elaboração própria.

3.2. Informações obtidos a partir dos dados observados

Tal como dissemos anteriormente, este capítulo faz referência a verbos porque o diagnóstico que nos propusemos levar a cabo mostrou que esta é das áreas com mais desvios no nosso corpus de análise.

3.2.1. Primeira informação

Gráfico n°1- Uso de sinais entre pronome e verbo



Fonte: elaboração própria.

Apresentação e reflexão do gráfico n°1

183 candidatos correspondentes a 96,82% conjugaram o verbo ir no presente do indicativo separando o sujeito do predicado, ou seja, entre os pronomes pessoais (sujeito) e a forma verbal (predicado) o elo sempre foi: hífen (-) com uma percentagem de 39,15%; seta (→) com uma percentagem de 25,39%; dois pontos (:) com uma percentagem de 15,34%; sinal de igualdade (=) com uma percentagem de 16,93% e apenas 6 candidatos não utilizaram nenhuma sinal representando uma percentagem de 3,17%.

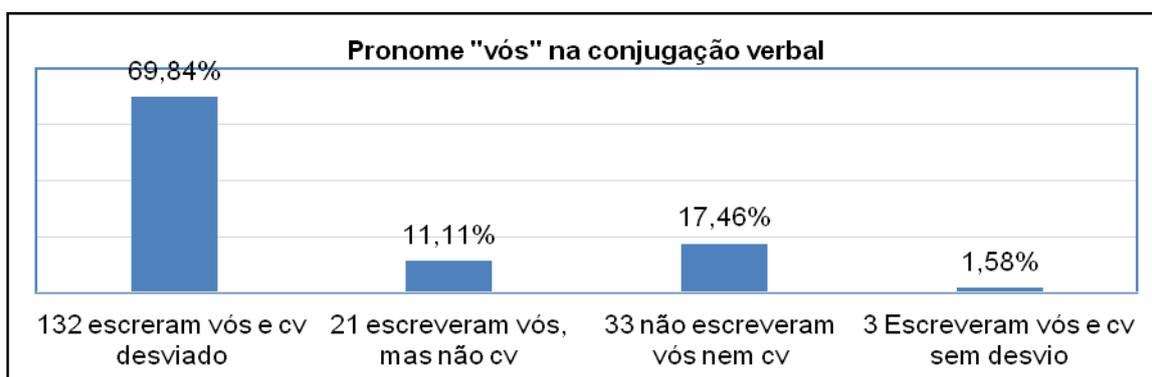
Da tabela n°1, podemos fazer muitas reflexões. Em nenhum momento poderíamos imaginar de que os sinais de pontuação ou o sinal de igualdade (=) poderiam estar inseridos como elementos de ligação entre o pronome e a forma verbal num exercício como a que os candidatos foram submetidos. Pelo número de ocorrências, a nossa reflexão demarca-se da ideia de que tenha sido uma distração. Apesar de termos afirmado neste trabalho de que as metodologias de ensino de LP em Angola são baseadas sobretudo nas da L1, ou seja, tal como todos os nativos a tivessem adquirido já na tenra idade, para o desvio em referência, a nossa reflexão aponta para questões de fórum metodológicas, ou seja, os candidatos apenas resolveram este exercício tal como, lhes foi ensinado quando o exercício fosse conjugação verbal. Somos a deixar claro, quanto a este assunto que o desvio não foi originado pelo facto de muitos dos candidatos serem bilingues. A base de desvio, a nosso ver, tem a

ver com as metodologias aplicadas no ensino da conjugação verbal nos ciclos que antecedem ao superior.

Os dados observados opõem-se quando comparamos a conjugação verbal isolada do texto da conjugação verbal no texto. A conjugação dentro do texto, conforme os trechos acima, nenhum dos candidatos ligou o sujeito ao predicado utilizando um dos sinais de pontuação tal como na conjugação verbal isolada do texto. A nossa reflexão leva-nos a pensar que para a maior parte dos candidatos existam duas formas de conjugação verbal: a primeira é a conjugação como um exercício normal descontextualizado e que os sinais de pontuação ou de igualdade sejam necessariamente obrigatórios. A segunda forma é a conjugação verbal não necessariamente um exercício, mas como elemento indispensável para a formação de orações e de textos curtos ou longos, em que os sinais não sejam necessários. Portanto, reitere-se, aqui, a necessidade de se adoptar metodologia de linguística textual, que defende o texto como elemento mais global e profícuo em que uma L1 ou não deve ser reflectida e analisada para que se tirem os maiores benefícios do processo de ensino-aprendizagem, até porque, inconscientemente, os candidatos em referência, não apresentaram desvios da conjugação verbal no texto, (BUCA, 2018).

3.2.2. Segunda informação

Gráfico n°2- Pronome "vós" na conjugação verbal



Fonte: elaboração própria.

Apresentação e reflexão do gráfico n°2

132 candidatos com cerca de 69,84% escreveram o pronome “vós” e conjugaram o verbo (cv⁸), mas de forma desviante; 21 candidatos com a percentagem de 11,11% escreveram o pronome “vós”, mas não conjugaram o verbo; 33 candidatos com 17,46% não escreveram o pronome “vós” e, conseqüentemente, não conjugaram o verbo; Apenas três candidatos 3, num universo de 189, escreveram o pronome “vós” e conjugaram o verbo sem desvio, com uma cifra percentual de 1,58%.

O desvio da marcação do pronome pessoal “vós” na conjugação verbal em referência, a nossa reflexão leva-nos para questões linguísticas. A conjugação verbal associada ao pronome da segunda pessoa do plural “vós” está em desuso, ou seja, quase não existe na variante Leste do Português Angolano (PA), em construção. Mas esse fenómeno linguístico da pouca ou não ocorrência do pronome da 2ª pessoa do plural tende a ser uma realidade do português falado em outras regiões angolanas. Há uma tendência de uso do pronome você para a 2ª pessoa tanto do singular como do plural e evitando “tu”. Adriano (2014, p. 265) diz que “em Angola, o pronome – você – ocorre igualmente em alguns contextos em que se esperava o pronome tu, isto é, de pais para filhos, de avós ou tios para sobrinhos, entre irmãos ou amigos, entre marido e mulher, entre colegas e, em certas famílias, de filhos para pais”. Nesta linha de pensamento, pudemos perceber o pensamento do Figueiredo & Oliveira (2013, p. 134) quanto a temática em questão, quando dizem que

Um aspecto a ter também em consideração é o fato de os falantes do Libolo, a exemplo do que vem sucedendo de forma generalizada no Português de Angola, recorrerem indiscriminadamente às formas “tu” e “você” para situações de tratamento informal, associando um dos pronomes à forma verbal do outro. A tendência preferencial no cruzamento pronome/forma verbal é a do uso do pronome sujeito “você” e a forma verbal referente a “tu”.

Então **você** és traidor, lhe matam.

Nem vale a pena **vocês** continuar ligar para este número.

Depois de **vocês** aprender falar umbundo começa já a vos dividir.

Depois de eles aprenderem a falar umbundo, começam logo a dividi-los.

⁸ Conjugaram verbo

Com isso, chegamos à reflexão de que haja uma tendência de substituição em algumas variantes do PA do pronome da 2ª pessoa do singular “tu” por “você”, apesar de este fenómeno não ser observado no nosso corpus. Portanto, o pronome da 2ª pessoa do plural “vós” com a tendência de ser substituída por “vocês”. Talvez, se no enunciado da prova aplicada na EPLN para o ingresso/2019 tivesse pergunta para criação de textos narrativos com personagens interagindo fosse possível identificar a substituição dos pronomes em referência. O desvio observado acerca do pronome “vós”, a nosso ver, é pelo facto de as gramáticas tradicionais apresentarem os pronomes pessoais rectos⁹ “eu” ; “tu” ; “ele/ela” ; “vós” ; “eles/elas” como os principais a serem utilizados na conjugação verbal e os candidatos ao estarem limitados, sem manobras para substituir, a solução encontrada para o exercício tinha passado por não escrever o pronome “vós” ou improvar desviadamente a sua conjugação verbal.

Considerações finais

A par das contradições sobre a uniformização das metodologias de ensino de LP num contexto linguisticamente heterogéneo, como é o nosso, está a eficácia do ensino dos conteúdos gramaticais desprovidos de contextualização, dito em outras palavras, assiste-se a um ensino gramatical em que se toma excessivamente a palavra, algumas vezes a frase, como a unidade máxima de análise dos conteúdos a serem debatidos na sala de aula. A sala de aula é um ambiente em que os recursos existentes ou não, fazem do professor um verdadeiro inspirador da criatividade.

A insuficiência de estratégias adequadas para o ensino da conjugação verbal e o desconhecimento das regras de uso dos sinais de pontuação na escrita podem ser associados ao que o diagnóstico do nosso corpus de análise expõe quanto à conjugação verbal. As informações a que pudemos obter de todos os dados revelam que a separação do sujeito do predicado com recurso ao hífen (-), dois pontos (:) ou a seta (→) é um desvio que os candidatos aos

⁹ Aqueles que desempenham principalmente a função de sujeito. Cf. Cunha & Cintra (1985, p. 205)

cursos superiores da EPLN/2019 trazem desde as classes ou ciclos antecedentes ao superior. Trata-se de uma questão de uso de uma metodologia desajustada para o ensino da conjugação verbal, pois os cadernos de finalistas de várias escolas locais do II ciclo que tivemos a oportunidade de observar levaram-nos a esta reflexão.

Por meio dos resultados obtidos, as nossas hipóteses ficaram confirmadas, uma vez que, os dados observados trouxeram elementos, fenómenos de adição de sinais, durante a conjugação verbal, o que não acontece quando os mesmos indivíduos são submetidos a outros exercícios como escrever uma história ou apontar os conteúdos nos cadernos escolares. A inexistência de documentos metodológicos que orientem o trabalho dos profissionais de educação que trabalham com LP como L2 e a exposição que os materiais didáticos fazem sobre os conteúdos verbais, aparecendo sempre delimitados por tabelas, constam entre elementos os principais influenciadores dos fenómenos diagnosticados.

Breves sugestões

A partir desta pesquisa e dos seus resultados, vê-se que é importante tecer algumas sugestões do que nos parece possível melhorar e em outros casos alterar no processo de ensino-aprendizagem de LP como L2 em Angola, com o propósito único de ver melhorada a situação do sector da educação como um todo, uma vez que a língua (objecto) de comunicação da transmissão dos conhecimentos académicos ainda é unicamente o português.

Há nesta pesquisa opiniões de diversos autores com as quais corroboramos sobre a necessidade de ver ou criar metodologias próprias para o ensino da LP como L2 no contexto angolano, assim como a inserção das línguas nacionais angolanas de origem bantu e dos grupos Khoi-San no sistema nacional de ensino lá onde a sua utilização é maioritária em comparação com a LP.

Pelos resultados obtidos dos dados observados sobre a conjugação verbal dos candidatos aos cursos da EPLN/2019 tomados como corpus de análise chegamos às conclusões que nos levam a sugerir, urgentemente, a

atualização dos manuais e da gramática da LP utilizados no ensino primário, porquanto a exposição/organização que estes fazem da conjugação verbal, levam-nos a crer que haja um incentivo na aprendizagem mecânica por parte dos alunos. A par disso, as metodologias aplicadas na leccionação dos conteúdos gramaticais no II ciclo como é o caso da conjugação verbal, onde a palavra e/ou frases descontextualizadas constituem como pretextos para a análise e desenvolvimento da aula de modo e tempos verbais ao invés do texto mais ou menos longo e contextualizado, fazem com que não haja uma aprendizagem significativa, como é esperado em cada ciclo de formação.

Portanto, somos também a sugerir que todas as melhorias e mudanças que vierem a ser feitas sobre as metodologias por nós apontadas para o ensino de LP em Angola, terão de olhar a língua como um fenómeno social, ou seja, tendo em conta a circunscrição territorial onde a mesma é falada, visto que uma língua sempre ganha novos significados e particularidades em consonância com a cultura dos habitantes.

Referência

- ADALBERTO, J. *Angolanos querem mais qualidade no ensino superior*. 2017. DW. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/angolanos-querem-mais-qualidade-no-ensino-superior/a-41490238>> Acesso aos 29 de Agosto de 2019.
- ADRIANO, P. S. *Tratamentos morfossintáticos de expressões e estruturas frásicas do Português de Angola: divergências em relação à norma europeia*. 2014. (Tese de doutoramento) na Universidade de Évora/Portugal . Évora: Universidade de Évora.
- BUCA, J. *Gramática no Texto - Interação Texto - Gramática nas Aulas de Português em contexto Multilingue*. 2018. Editora Templários.
- CERVO, A. L., BERVIAN, P. A., & DA SILVA, R. *Metodologia Científica*. 2014. SP: 11ª Pearson Education do Brasil Ltda.
- COLUMBIÉ, Z. d., & YOBA, C. P.. *Orientação Profissional-Vocacional - Estratégia de Integração Funcional*. 2018. Luanda: ECO7.
- CUNHA, C., & CINTRA, L. F. *Breve Gramática do Português Contemporâneo*. 1985. Lisboa: Edições João de Sá da Costa, LDA.

Decreto Presidencial nº 5/19 de 8 de Janeiro, *aprova o Regulamento Geral de Acesso ao Ensino Superior*.

Figueiredo, C. & Oliveira, M. S. *Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurassaca*. 2013. Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. São Paulo: Papia.

INE. *Resultados definitivos Recenseamento Geral da População e Habitação-2014. Província da Lunda Norte*. 2016. Luanda-Angola: INE.

KRIPKA, R. M., SCHELLER, M., & BONOTTO, D. d. (Julho - Dezembro de 2015). *Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização*. Disponível em:

<<http://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-deinvestigacionesunad/article/viewFile/1455/1771>> Acesso aos 16 de Outubro de 2019.

MIGUEL, M. H. *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*. 2014. Luanda: Mayamba.

Mpanzu, M. *Tendências actuais no Ensino-aprendizagem da Gramática da línguas não maternas*. 2018. Luanda: ECO7.

Naege, J. M. *Aquisição da Competência Lexical na Aprendizagem do Português Língua Segunda - Especificidades do aluno angolano*. 2015. Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem. Lisboa: FSCH.

SEVERO, R. T. *Língua e linguagem como organizadoras do pensamento em Saussure e Benveniste*. 2013. Disponível em:

<https://www.academia.edu/12821375/L%C3%ADngua_e_linguagem_como_organizadoras_do_pensamento_em_Saussure_e_Benveniste_Langue_and_language_as_thought_organizers_in_Saussure_e_Benveniste> Acesso aos 2 de Novembro de 2019.

Silva, E. *Gestão do Ensino Superior em Angola: Realidades, Tendências e Desafios - Rumo à Qualidade*. 2016. Luanda: Mayamba Editora.

Teixeira, E. B. *A Análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais*. 2003. Rio Grande do Norte: Editora Unijuí.

Undolo, M. *A Norma do português em Angola: subsídios para o seu estudo*. 2016. ESP-Bengo.

Undolo, M. *Introdução à Linguística Aplicada ao Ensino de Português*. 2020. Luanda: Editora ECO7

Recebido em: 27/05/2021

Aceito em: 02/08/2021

Para citar este texto (ABNT): MABIALA, Francisco Sérgio Manuel. Um olhar sobre ensino de LP em Angola. Um olhar sobre ensino de LP em Angola: reflexões acerca da conjugação verbal nas provas dos candidatos aos cursos da EPLN/2019. **Njinga & Sepé:** Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), v.1, nº 2, p.205-226, jan./jun. 2021.

Para citar este texto (APA): MABIALA, Francisco Sérgio Manuel. Um olhar sobre ensino de LP em Angola. Um olhar sobre ensino de LP em Angola: reflexões acerca da conjugação verbal nas provas dos candidatos aos cursos da EPLN/2019. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 1(2): 205-226.

